

## O RENDIMENTO DA CAPITANIA DAS MINAS GERAIS NO PERÍODO 1795-1800: UMA COMPARAÇÃO COM AS CAPITANIAS DO RIO DE JANEIRO, BAHIA, PERNAMBUCO

Carlos Gabriel Guimarães

Departamento de História da UFF

O presente trabalho tem como objetivo comparar o rendimento da capitania das Minas Gerais com outras capitanias no período 1795-1800, a partir de uma documentação inédita encontrada no **Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Lisboa, Cartórios Avulsos, Caixa 77, Mapas Demonstrativos das Recita e Despesa que tiveram as Capitanias Rio de Janeiro, Baía, Pernambuco e outras.**

A década de 1790 e a questão envolvendo as receitas da capitania das Minas Gerais foram trabalhadas de forma pioneira por Keneth Maxwell e, mais recentemente, por Ângelo Carrara e Cláudia Chaves. Através de extensa documentação primária, principalmente no documento **“A Relação dos Rendimentos desta Capitania de Minas Gerais desde os seus descobrimentos Carlos José da Silva”**, BNLCP, Códice 643, ff. 204-218, Keneth Maxwell construiu uma tabela da Receita Total da capitania das Minas Gerais, a partir da soma das receitas dos Dízimos e das Entradas. Ângelo Carrara, a partir da documentação de Maxwell e de novos documentos encontrados na Casa dos Contos e outros Arquivos, mediu a receita, aproximando-se das estimativas de Maxwell, como também destacou a heterogeneidade da produção regional da capitania de Minas Gerais.

A documentação encontrada, embora restrita a seis anos (1795-1800), difere não só dos números de Maxwell, como também permite comparar os rendimentos das principais capitanias do Império Português na América, a saber: Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais. Portanto, através da comparação dos rendimentos poderemos compreender melhor a situação das Minas Gerais na conjuntura pós Inconfidência Mineira, no período de ascensão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, principalmente a partir de 1796 quando se tornou Ministro do Ultramar, ou seja, responsável pelos assuntos coloniais do Império Português.

Palavras-chave: receita; despesa;

## 1) A conjuntura da década de 1790 e a capitania de Minas Gerais

A análise sobre a conjuntura econômica, social e política da colônia portuguesa na América do último quarto do século XVIII é bem conhecida<sup>1</sup>. Em se tratando da capitania das Minas Gerais, o trabalho pioneiro de Kenneth Maxwell<sup>2</sup> destacou a conjuntura crítica mineira e sua relação com o reformismo ilustrado português. Mais recentemente, os trabalhos de Angelo Carrara, Carla Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira e Claudia Graças Chaves<sup>3</sup> enfatizando a dinâmica interna como também a diversidade regional mineira colonial, mostraram a importância da Capitania no Império Português.

A década de 1790, particularmente no período de D. Rodrigo de Souza Coutinho, quando à frente do Ministério da Marinha e do Ultramar, 1796-1801, foi um período importante na tentativa de implementar reformas no Império Português, o que incluía mudanças na relação metrópole-colônia. No famoso texto apresentado a Junta de Ministros, **Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América** em 1798<sup>4</sup>, e que para Maria de Lourdes Viana Lyra constituiu-se num Programa de Reformas com o intuito de preservar não só a unidade imperial, mas fundar um novo Império<sup>5</sup>, D. Rodrigo de Souza Coutinho deixava claro sua intenção de discutir

“ os objetos da fazenda, seja dos domínios ultramarinos em geral, seja daquela da capitania de Minas Gerais, que mais principalmente deve ser o objeto da discussão ”.<sup>6</sup>

---

<sup>1</sup> Existe uma extensa bibliografia sobre este período. Embora divergindo no tocante ao quadro teórico-metodológico, destacamos NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 6ª ed.. São Paulo: HUCITEC, 1995; ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Comércio Colonial**. São Paulo: Ática, 1980; FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

<sup>2</sup> MAXWELL, Kenneth. **A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808**. 3ª ed. e 4ª reimpressão. Tradução de João Maia. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. (capítulos 7 e 8). A respeito dos intelectuais ilustrados e o reformismo conferir também NOVAIS, op. cit., cap. 4, e DIAS, Maria Odila. Aspectos da Ilustração no Brasil. Revista do IHGB, vol. 278, jan-março, 1968, pp. 100-170.

<sup>3</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)**. Tese de Doutorado (em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 1997; ALMEIDA, Carla M. C. **Homens ricos, homens bons: produção e hierarquia em Minas Colonial**. Tese de doutorado (em História). Niterói: UFF, 2001; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870**. Tese de Doutorado (em História). Niterói: UFF, 1999; CHAVES, Claudia Maria das Graças. **Paradoxo da Colonização: a formação do mercado interno numa economia colonial**. Tese de Doutorado (em História). Niterói: UFF, 2000.

<sup>4</sup> A respeito deste texto e sua relação com a economia política conferir CARDOSO, José Luis. Nas Malhas do Império: a Economia Política e a Política Colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: Idem (org.). **A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 79-91.

<sup>5</sup> LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

<sup>6</sup> Idem, p.66.

As preocupações de D. Rodrigo de Souza Coutinho não eram novidades. Segundo Maria de Lourdes Viana Lyra, desde o período pombalino<sup>7</sup> e da Viradeira<sup>8</sup>, principalmente com a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1779, “coloca-se como iniciativa emblemática de um esforço de sistematização das reflexões individuais (que traduziam, evidentemente, variadas linhas do pensamento ilustrado) e delineamento de um programa integrado de reformas a ser executado pelo governo”.<sup>9</sup>

Em 1794, sob influência direta dos escritos do Abade Raynal,<sup>10</sup> o bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho publicou **Ensaio Econômico Sobre o Comércio de Portugal e suas Colônias**<sup>11</sup>, onde chamava atenção de vários pontos para a superação da crise do Império Português. Futuro Bispo e criador do Seminário de Olinda, e um dos intelectuais mais próximos de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Joaquim José da Cunha Azeredo Coutinho destacou a necessidade de uma nova relação entre Portugal e suas colônias, particularmente com o Brasil, propondo desde modificações no sistema de tributação, abolindo os sistemas de contratos e exclusivos, até a permissão de manufaturas no Brasil.<sup>12</sup> Para o futuro Bispo de Olinda, tais modificações possibilitariam o aumento das rendas de Portugal.

Retornando ao texto de D. Rodrigo de Souza Coutinho, José Luis Cardoso destacou a importância dada pelo ministro ao saneamento financeiro do Império, incluindo Portugal e suas colônias. Para tanto, além de promover em Portugal (metrópole) uma maior racionalidade no tocante às receitas e despesas, envolvendo, por exemplo, a criação de um banco<sup>13</sup>, era fundamental “dotar o Brasil de uma estrutura econômica e financeira modernizada e devidamente adaptada às necessidades do modelo de desenvolvimento português”.<sup>14</sup>

---

<sup>7</sup> A respeito do reformismo pombalino cf. FALCON, Francisco Calazans. *A Época Pombalina (política Econômica e Monarquia Ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1982 (cap. 6); MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995 (cap. 5).

<sup>8</sup> Novos trabalhos têm revisado o período de D. Maria I, destacando a continuidade com o período pombalino anterior. Cf. CASTRO, Zília Osório. Poder Régio e os Direitos da Sociedade. O “Absolutismo de compromisso” no reinado de D. Maria I. *Ler História*, 23 (1992): 11-22.

<sup>9</sup> LYRA, op. cit., p. 42.

<sup>10</sup> RAYNAL, Guillaume-Thomas François (Abade Raynal). *O Estabelecimento dos Portugueses no Brasil*. Tradução de Mônica F. C. Campos de Almeida e Flávia Roncarati Gomes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Ed. da UNB, 1998. (caps.XXV-XXX). Este livro é a tradução do **Livro Nono da História Filosófica e Política das Possessões e do Comércio dos Europeus nas duas Índias**, publicada a partir de 1770.

<sup>11</sup> COUTINHO, José Joaquim da Cunha Azeredo. *Obras Econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho*. Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Cia Ed.Nacional, 1966. A respeito do pensamento econômico do Bispo, criador do Seminário de Olinda, cf. NEVES, Guilherme Pereira das. Guardar mais silêncio do que falar: Azeredo Coutinho, Ribeiro dos Santos e a escravidão. In: CARDOSO, op. cit., pp. 15-62.

<sup>12</sup> LYRA, op. cit., p. 45; CARDOSO, op. cit., p. 92.

<sup>13</sup> CARDOSO, op. cit., pp. 86-87

<sup>14</sup> Idem, p. 91.

Entretanto, para a realização de tal propósito, era necessário adotar medidas “que punham em risco certas prerrogativas do regime colonial mercantilista”. Entre essas medidas, que afetariam e promoveriam reformas no sistema de tributação no Brasil, teríamos: redução dos direitos de entrada e isenção para vinhos, azeite, aço, ferro e manufaturas do reino; supressão e redução de direitos de sobre a entrada de escravos; abolição do regime de exclusivos e de contratos monopolistas (designadamente do sal e da pesca da baleia) e sua transferência para a administração da coroa; redução da metade do quinto do ouro.<sup>15</sup>

Embora não sendo efetivado face às reações em Portugal e no Brasil, principalmente no tocante às mudanças do sistema de tributação, envolvendo os contratos e exclusivos dos contratadores,<sup>16</sup> o programa de reformas preconizadas por Dom Rodrigo de Souza Coutinho vinha de encontro com a queda das receitas da sua principal colônia, e particularmente da capitania das Minas Gerais. Keneth Maxwell, a partir das receitas dos dízimos e das entradas, constatou uma queda da receita total da capitania de Minas Gerais desde a década de 1760 até 1800.<sup>17</sup> Embora as receitas dos dízimos e das entradas variaram, analisando a tabela 1, no tocante ao período 1790-1800, podemos verificar uma diminuição da receita total a partir do ano de 1794, que acompanhou a queda mais brusca das receitas das entradas.<sup>18</sup>

Ainda com relação à tabela 1, verificamos uma melhora na receita total no ano de 1799, graças ao aumento das receitas das entradas. No ano seguinte, em 1800, novamente a receita total caiu. A explicação para a queda da receita total da capitania, consoante com Angelo Carrara, estava na acentuada queda da produção agrícola e pecuária nas freguesias das Zonas Mineradoras desde 1750, que fez reduzir a receitas dos tributos dos dízimos e das entradas.<sup>19</sup> É importante destacar que, consoante com o mesmo autor, outras freguesias, particularmente às da região Sul, face à articulação com o Rio de Janeiro, tiveram um crescimento dos tributos..<sup>20</sup>

---

<sup>15</sup> Idem, pp. 84-85. MAXWELL, op. cit., pp. 238-239.

<sup>16</sup> NEVES, Guilherme Pereira das. Conflitos e Interesses na cidade colonial: Rio de Janeiro, 1800. In: **Anais da X Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**, Curitiba, 1991, pp. 133-138; MAXWELL, op. cit., pp. 256-262. A respeito do papel dos contratadores e dos contratos no sistema de tributação colonial cf. AMED, José Fernando e NEGREIROS, Plínio José L. de Campos. *História dos Tributos no Brasil*. São Paulo: Edições SINAESP, 2000, pp. 105-121; ARAUJO, Luiz Antonio. *Contratos e tributos nas Minas Setecentistas: estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745 – 1765)*. Dissertação de Mestrado (em História). UFF. Niterói. 2002.

<sup>17</sup> MAXWELL, op. cit., pp. 281-282 (anexo A).

<sup>18</sup> A respeito dos tributos das entradas cf. AMED e NEGREIROS, op. cit.; CHAVES, Claudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercados das Minas Setecentistas*. São Paulo: AnnaBlume, 1999. (caps. 3 e 4).

<sup>19</sup> CARRARA, Ângela Alves. A Capitania de Minas Gerais (1674-1807): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. **História Econômica & História de Empresas**, III.2 (2000). São Paulo: ABPHE/HUCITEC, p. 58.

<sup>20</sup> Idem, p. 58.

**Tabela 1: Receita total da Capitania de Minas Gerais 1790-1800**

<b>Ano</b>	<b>Dízimos</b>	<b>Entradas</b>	<b>Receita Total</b>
1790	75.947	122.593	246.343
1791	76.269	134.547	257.422
1792	77.067	129.256	253.276
1793	72.819	139.879	259.654
1794	72.811	124.401	243.551
1795	72.831	118.676	238.031
1796	73.104	98.971	218.247
1797	73.118	117.038	237.370
1798	72.971	101.600	224.522
1799	73.525	121.298	241.363
1800	73.665	121.037	238.578

Fonte: MAXWELL, op. cit., pp. 281-282

Os rendimentos da capitania de Minas Gerais, como foi dito acima, eram de suma importância para Portugal. Para dimensionar a queda das receitas da capitania de Minas Gerais, é necessário ir além dos discursos das autoridades. Infelizmente, não foi possível verificar as receitas do Império, se é que existe um documento oficial<sup>21</sup>, para dimensionar as receitas de Minas Gerais. Portanto, compará-la com as demais capitanias da principal colônia portuguesa, particularmente com as mais importantes como a da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, constitui-se numa metodologia de pesquisa fundamental. É o que fizemos a seguir.

---

<sup>21</sup> Lendo a bibliografia sobre o assunto, não existe uma contabilidade nacional para o Império colonial português. As dificuldades de se obter dados confiáveis, impossibilitam a construção de tal contabilidade.

## 2) Os novos números da Capitania de Minas e comparação com Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Pesquisando no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Lisboa, encontramos uma documentação, que embora conste nos Cartórios Avulsos, acreditamos que fazia parte da Fazenda Real. Trata-se de um conjunto “**mappas demonstrativos de receitas e despesas**” de várias capitanias do Império, alguns abrangendo o período 1790-1800, outros de 1795-1800.<sup>22</sup>

Nos mapas, que são tabelas, constam nove (9) colunas a saber: “*Anos; Rendimentos próprios da Capitania em cada ano; Empréstimos feitos á Real fazenda, e outras entradas que não são rendimentos; Total das entradas em cada ano; Despesa anual; Dívidas Ativas; Dívidas Passivas; Sobras remetidas para Lisboa; e Remanescentes que ficaram na capitania*”. É importante ressaltar que, no tocante às linhas, além dos anos referidos, temos uma linha que trata dos “rendimentos médios dos ditos anos”, e uma referente ao último ano, que tem a seguinte observação: “*Rendimento do dito ano combinado com a média, e tudo o mais como se declara nos competentes livros*”.<sup>23</sup>

Com todo problema que tal documentação pode gerar, seja por ser oficial, seja por não especificar as fontes de onde os dados foram retirados, acreditamos que se constitui numa documentação importante e inédita.<sup>24</sup>

Analisando o “mapa demonstrativo de receita e despesa da capitania de Minas Gerais”, constatamos que os valores dos rendimentos próprios da capitania de Minas Gerais, coluna 1, tabela 2, não só eram diferentes dos apresentados por Keneth Maxwell, como também eram maiores. \_ Tabela 2.

---

<sup>22</sup> AHTC. Cartórios Avulsos. Caixa 77. *Mapas Demonstrativos da Receita e Despesa que tiveram as Capitanias do Rio de Janeiro, Baía, Pernambuco, São Paulo, Maranhão, Pará, Minas Gerais. Gíóás, Moçambique, Goa, Ilhas dos Açores, Ilha da madeira.*

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> Um dos nomes que constam nos “mappas” é o de Theotônio Roiz (Rodrigues) de Carvalho. Infelizmente não foi possível verificar sua função.

**Tabela 2: Mapa demonstrativo da Receita e Despesa da Capitania de Minas Gerais (1795-1800)**

<b>Anos</b>	<b>Rendimentos próprios da Capitania</b>	<b>Empréstimos feitos a Real fazenda , e outras entradas que não são rendimentos</b>	<b>Total das entradas em cada ano</b>	<b>Despesa anual</b>	<b>Dívidas ativas</b>	<b>Dívidas passivas</b>	<b>Sobras remetidas para Lisboa</b>	<b>Remanescente que ficaram na Capitania</b>
<b>1795</b>	443:811\$043	72:334\$023	516:145\$066	495:169\$575	56:619\$288	1:819\$552	-	78:349\$644
<b>1796</b>	377:043\$437	33:379\$867	410:423\$304	425:085\$676	42:324\$041	2:080\$762	-	63:687\$272
<b>1797</b>	299:112\$063	52:135\$733	351:247\$798	289:557\$044	51:425\$668	3:830\$642	-	125:398\$024
<b>1798</b>	402:795\$483	88:079\$768	490:875\$253	522:299\$614	59:394\$907	2:535\$901	-	93:973\$663
<b>1799</b>	293:578\$914	96:827\$611	390:406\$523	385:945\$688	120:579\$671	1:813\$043	-	98:434\$500
<b>Total</b>	1.816:340\$944	342:757\$002	2.159:097\$946	2.118:037\$597	290:343\$575	12:079\$900	-	459:843\$103
<b>Rendimento médio nos ditos anos</b>	363:268\$188	68:551\$400	431:819\$588	423:067\$519	58:068\$715	2:415\$980	-	91:968\$620
<b>Rendimento de 1800 combinado com a média, e tudo o mais como se declaram nos competentes livros</b>	484::968\$768	99:357\$753	584:326\$521	583:889\$466	132:135\$104	2:535\$108	-	98:871\$555

Fonte: AHTC. Cartórios Avulsos. Caixa 77. , op.cit, p. 7

Além dos valores diferentes, em alguns anos quase o dobro, o movimento de declínio e de elevação das receitas da capitania de Minas Gerais, também difere. Na tabela 2, coluna 1, o declínio ocorre de 1795 até 1797, aumenta em 1798 e, volta a cair em 1799. Na tabela 1, a receita declina de 1795 para 1796; aumenta em 1797; volta a cair em 1798, aumenta em 1799; caindo novamente em 1800. No tocante ao ano de 1800, face à observação do mapa, ficou a dúvida se tal rendimento consiste na soma dos valores do rendimento do ano mais a média dos anos anteriores. Portanto, a comparação não pode ser feita.

Com relação ao ano de 1800, no próprio mapa, há uma observação que deve ser levada em conta, ao comparar o referido ano com a média dos rendimentos de 1795-1799: “*o dito aumento deve...do mayor preço a que tem subido os Contratos e rendimentos daquela capitania*”.<sup>25</sup> Embora no mapa não consta que tributos e contratos aumentaram, consoante com Carrara, acreditamos que o aumento da produção de determinadas freguesias, como a da região Sul, proporcionou um aumento dos tributos e, com isso, um aumento da receita.<sup>26</sup>

Além das receitas, as despesas (coluna 4) da capitania chamaram atenção. Semelhante com as receitas (coluna 1) no tocante ao aumento e diminuição, as despesas foram maiores do que as receitas, com exceção do ano de 1797. Somente juntando às receitas com os “*empréstimos feitos á Real Fazenda e outras entradas que não são rendimentos*” (coluna 2), ou seja, o “total das entradas” (coluna 3), que foi possível à receita superar a despesa.

Outros pontos de destaques foram às dívidas, as sobras remetidas para Lisboa e o que ficou na capitania. No tocante às dívidas, as dívidas ativas da capitania de Minas Gerais foram maiores do que as dívidas passivas. Em outras palavras, a capitania tinha a receber mais do que a pagar. Quanto às remessas para Lisboa, nada consta e, por último, os “*remanescentes que ficarão na capitania*”, variaram no período, sendo o de maior valor o do ano de 1797, que era de 125:398\$024 (cento e vinte e cinco contos e trezentos e noventa e oito mil e vinte e quatro réis).

Para se ter uma idéia das receitas e despesas da capitania de Minas Gerais, foi necessário comparar com as receitas e despesas de outras capitanias e, as escolhidas, pela sua importância econômica e política, foram: Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco \_tabelas 3, 4 e 5, respectivamente.

---

<sup>25</sup> Idem, p. 7.

<sup>26</sup> CARRARA, op. cit, p. 8.



**Tabela 3: Mapa demonstrativo das Receitas e Despesas da Capitania da Bahia (1795-1800)**

<b>Anos</b>	<b>Rendimentos próprios da Capitania</b>	<b>Empréstimos feitos a Real fazenda , e outras entradas que não são rendimentos</b>	<b>Total das entradas em cada ano</b>	<b>Despesa anual</b>	<b>Dívidas ativas</b>	<b>Dívidas passivas</b>	<b>Remanescente que ficaram na Capitania</b>
<b>1795</b>	389:649\$526	33:285\$960	422:935\$486	318:367\$237	35:616\$290	-	104:568\$249
<b>1796</b>	435:122\$655	120:207\$790	555:330\$445	473:467\$693	34:861\$254	-	81:862\$752
<b>1797</b>	387:763\$790	189:757\$653	577:521\$443	504:777\$270	33:254\$710	-	72:774\$172
<b>1798</b>	432:427\$247	97:779\$294	530:206\$541	418:538\$420	187:961\$041	-	111:668\$121
<b>1799</b>	465:249\$416	105:113\$704	570:363\$120	478:104\$993	184:489\$755	-	92:258\$127
<b>1800</b>	489:555\$803	131:175\$208	620:731\$011	502:971\$135	145:810\$925	-	117:759\$876

Obs: 1) O mapa trata de 1790 até 1801. Selecionei os anos de 1795 até 1800.

2) Como o rendimento médio trata de 1790-1800 e, o último ano é de 1801, as linhas desses dados foram retiradas.

3) Não consta a coluna Sobras remetidas para Lisboa.

Fonte: AHTC. Cartórios Avulsos. Caixa 77. , op. cit., p. 3

**Tabela 4: Mapa demonstrativo das Receitas e Despesas da Capitania do Rio de Janeiro (1795-1800)**

<b>Anos</b>	<b>Rendimentos próprios da Capitania</b>	<b>Empréstimos feitos a Real fazenda , e outras entradas que não são rendimentos</b>	<b>Total das entradas em cada ano</b>	<b>Despesa anual</b>	<b>Dívidas ativas</b>	<b>Dívidas passivas</b>	<b>Sobras remetidas para Lisboa</b>	<b>Remanescente que ficaram na Capitania</b>
<b>1795</b>	458:116\$474	21:530\$109	479:646\$589	445:719\$217	-	-	-	180:556\$679
<b>1796</b>	457:732\$585	21:653\$034	479:385\$619	413:920\$341	-	-	-	246:001\$957
<b>1797</b>	480:862\$404	250:661\$656	731:524\$060	836:847\$104	-	-	-	140:678\$913
<b>1798</b>	473:055\$074	292:490\$118	765:545\$192	790:565\$860	-	-	-	115:658\$245
<b>1799</b>	509:164\$694	124:783\$099	633:947\$793	575:724\$903	-	-	-	140:065\$935
<b>Total</b>	2.378:931\$231	711:118\$016	3.090:049\$247	3.062:777\$425	-	-	-	822:941\$729
<b>Rendimento médio nos ditos anos</b>	475:931\$231	142:223\$603	618:009\$849	612:555\$485	-	-	-	164:588\$345
<b>Rendimento de 1800 combinado com a média, e tudo o mais como se declaram nos competentes livros</b>	519:932\$082	163:716\$403	683:648\$485	637:468\$989	-	-	-	186:245\$836

Fonte: AHTC. Cartórios Avulsos. Caixa 77. , op. cit., p. 2.

**Tabela 5: Mapa demonstrativo das Receias e Despesa da Capitania de Pernambuco (1795-1800)**

<b>Anos</b>	<b>Rendimentos próprios da Capitania</b>	<b>Empréstimos feitos a Real fazenda , e outras entradas que não são rendimentos</b>	<b>Total das entradas em cada ano</b>	<b>Despesa anual</b>	<b>Dívidas ativas</b>	<b>Dívidas passivas</b>	<b>Sobras remetidas para Lisboa</b>	<b>Remanescente que ficaram no cofre</b>
<b>1795</b>	240:305\$402	3:732\$125	244:037\$527	133:386\$126	261:482\$560	-	60:457\$618	50:193\$783
<b>1796</b>	279:786\$861	4:445\$498	284:232\$262	154:302\$965	257:974\$224	-	61:112\$493	68:816\$904
<b>1797</b>	261:096\$203	24:536\$233	285:632\$986	188:308\$777	261:344\$816	-	60:457\$618	36:866\$596
<b>1798</b>	178:634\$430	83:248\$607	261:883\$037	181:865\$140	185:511\$350	-	28:333\$334	51:684\$563
<b>1799</b>	346\$002\$000	38:673\$265	384:675\$265	247:296\$125	185:511\$350	-	92:581\$902	44:797\$238
<b>1800</b>	312:415\$998	25:852\$119	338:268\$117	232:535\$020	185:511\$350	-	60:457\$618	45:275\$479

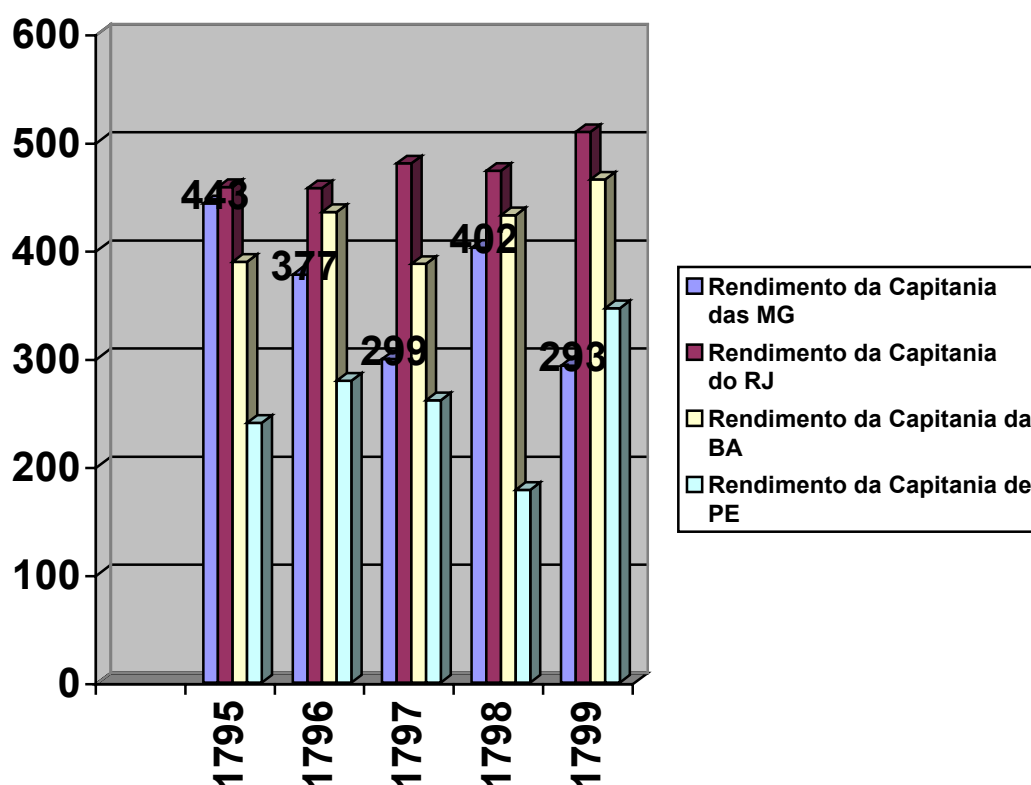
Obs: 1) O mapa trata de 1791 até 1801. Selecionei os anos de 1795 até 1800.

2) Como o rendimento médio trata de 1791-1800 e, o último ano é o de 1801, as linhas desses dados foram retiradas.

3) Não consta uma coluna com o título Remanescente.

Fonte: AHTC. Cartórios Avulsos. Caixa 77. , op. cit., p. 4

**Gráfico 1: Comparação dos rendimentos das Capitanias RJ, MG, BA e PE (1795-1799)**



Comparando as receitas das capitanias, as colunas 1 das referidas tabelas 2, 3, 4 e 5, entre os anos de 1795 a 1799,<sup>27</sup> que estão graficamente representadas no Gráfico 1, em ordem crescente estavam as capitanias do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco. É interessante destacar que, nos anos de 1799, Pernambuco teve uma receita maior do que Minas Gerais e, essa última, no ano de 1795, teve uma receita superior que a da Bahia.

No tocante às despesas, as da capitania do Rio de Janeiro assemelhou-se com as de Minas Gerais, ou seja, as despesas (coluna 4) foram maiores do que as receitas da capitania (coluna 1). Quanto às despesas da Bahia, somente a de 1795 foi inferior a receita. Já Pernambuco, diferentemente das outras capitanias, as receitas (coluna 1) foram superiores as despesas e, a única exceção foi a despesa do ano de 1798. Portanto, consoante com os mapas, para superar as despesas, as capitanias da Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais tiveram que somar nas receitas, “os empréstimos feitos á Real fazenda e outras entradas que não são rendimentos” (coluna 2).

<sup>27</sup> Em virtude da constatação de que apareceram observações nos dados de 1800 nas capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, preferimos não comparar com Bahia e Pernambuco.

Outro dado interessante de comparação foi o das “sobras remetidas para Lisboa”. Somente a capitania de Pernambuco remeteu para Lisboa, com variações e de tendência de queda, após um aumento em 1796. Como nas outras capitanias não constam os valores de tal coluna, acreditamos que não houve remessa, levantando a hipótese de que as divisas ficavam nas próprias capitanias, vindo de encontro com a questão da circulação da moeda colonial como se refere Maria Bárbara Levy.<sup>28</sup>

Infelizmente não foi possível comparar as dívidas ativas e passivas das capitanias. No mapa da capitania do Rio de Janeiro não constam dados nas as colunas das dívidas ativas e passivas. Nos mapas das capitanias da Bahia e de Pernambuco constam somente as dívidas ativas, e, foi importante constatar que no caso de Pernambuco, embora declinando, os montantes eram elevados. Portanto, somente no mapa da capitania de Minas Gerais foi possível, como dito acima, constatar que a capitania tinha mais a receber do que a pagar.

### 3) Considerações finais

A proposta deste trabalho foi de comparar os mapas das receitas e despesas da capitania das Minas Gerais com os mapas das capitanias da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, como também com a tabela das receitas da capitania feito por Kenneth Maxwell.

Com todos os problemas que envolvem tais comparações, ficou evidente que houve um declínio da receita da capitania de Minas Gerais na maior parte do período, diferentemente com o que ocorreu nas outras capitanias, principalmente na Bahia e no Rio de Janeiro. No caso da Bahia, as análises de Stuart Schwartz e de B. J. Barrickman ajudam a explicar a melhora da conjuntura econômica baiana no período, o que reflete nas receitas da capitania<sup>29</sup>. Para o Rio de Janeiro, João Fragoso e Jobson Arruda, com toda diferença destes autores no tocante aos respectivos modelos explicativos para a economia colonial, destacam a crescente importância da capitania, refletindo nas suas receitas e despesas apresentadas no mapa.<sup>30</sup>

No tocante à capitania de Pernambuco, após a queda das receitas de 1797 e 1798, houve um aumento considerável em 1799, caindo em 1800, porém com valor muito superior

---

<sup>28</sup> LEVY, Maria Bárbara. Elementos para o estudo da circulação da moeda na economia colonial. **Estudos Econômicos**, 13 (nº especial), 1983.

<sup>29</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Cia das Letras, 1988.; BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A Borges e revisão do autor. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

aos anos de 1797 e 1798. A melhora de Pernambuco estava relacionado ao açúcar e, principalmente, ao algodão, que segundo D. José Nabuco de Araujo, numa carta para D. Rodrigo de Souza Coutinho, relatava que o aumento da produção de algodão “quase se compara [em valor] ao açúcar e todos os outros produtos juntos”.<sup>31</sup>

Finalizando, como destacado no texto, existem diferenças nos valores apresentados no mapa da capitania de Minas Gerais, comparado com a tabela de Maxwell. Infelizmente, não foi possível destacar que livros ou documentos, a Fazenda Real utilizou para construir o mapa. Porém, isso não invalida a análise e, consoante com a historiografia sobre a economia mineira do século XIX, a tendência das receitas da capitania e, depois da província, foi de crescimento.

---

<sup>30</sup> ARRUDA, José Jobson de. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo, Ática, 1980; FRAGOSO, João Luis R. *Homens de Grossa Ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

<sup>31</sup> D. José Joaquim Nabuco de Araujo para D. Rodrigo de Souza Coutinho, secretário colonial. Recife, 16 de novembro de 1799, AHU, PA/Pernambuco, maço 21. Apud. ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia, 1750-1808, p.566. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: A América Latina Colonial*, vol. II. Tradução de Mary Amazonas Leite e Magda Lopes. São Paulo: Ed. Da USP. Distrito Federal: Fundação Aleandre de Gusmão, 1999.